



Igreja e mundo rural na primeira década do século XXI – reflexões sobre recentes pronunciamentos da CNBB à luz da extensão rural para o desenvolvimento local¹

Bruno de Oliveira Andrade²

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar os recentes pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no que se refere à questão agrária no Brasil nestes primeiros anos do século XXI. O que se pretende mais especificamente é compreender em que medida a recente publicação de *A Igreja e a questão agrária no início do século XXI* está em sintonia com as proposições mais recentes da Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento local. O estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, sendo, no presente caso, uma reflexão teórica que servirá como fundamento para desdobramentos futuros.

Palavras-chave: Igreja; Extensão Rural, Desenvolvimento Local, Revolução Verde.

Igreja e novos paradigmas no campo

O ano de 2010 é simbólico no que tange à participação da Igreja Católica no debate sobre a questão agrária no Brasil. Sessenta anos após a publicação da primeira manifestação oficial da hierarquia católica brasileira sobre a problemática da terra, a Igreja dirige novamente seu olhar ao cenário rural brasileiro, no sentido de apontar caminhos e alternativas para o enfrentamento dos novos – e antigos – desafios ligados ao campo. A recente publicação do documento *A Igreja e a questão agrária no início do século XXI*, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em agosto de 2010, é o reconhecimento, por parte do episcopado nacional, de que os novos tempos exigem novas respostas, mais maduras e abrangentes.

Tanto a realidade agrária, quanto a sociedade, economia e cultura contemporânea mudaram substancialmente nesses últimos sessenta ou mesmo

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Espaço e Cidadania – GT07, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: brunoandrade82@hotmail.com



trinta anos, requerendo um *aggiornamento* muito mais profundo dos problemas agrários, como de resto da própria época em que vivemos neste início de século XXI (CNBB, 2010, p.12).

Este ano é marcado por duas datas de grande significação que ligam a Igreja no Brasil e os problemas da terra. A Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, então bispo de Campanha, Mato Grosso do Sul – intitulada *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, de setembro de 1950 –, constitui referência histórica entre a Igreja e a realidade dos homens e mulheres do campo. Também em 2010 foram completados 30 anos da 18ª Assembleia Geral da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1980, que aprovou outro marco do posicionamento do episcopado nacional sobre a conflituosa realidade agrária brasileira, o documento *Igreja e problemas da terra*.

Esses dois documentos correspondem a fases distintas em relação às manifestações do episcopado brasileiro sobre a realidade no campo. Num primeiro momento, que vai de 1950 a 1970, os bispos, preocupados com o avanço dos ideais comunistas no meio rural e, ao mesmo tempo, com a realidade infra-humana vivida pelos habitantes do campo, apelam aos fazendeiros católicos que realizem melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais, antes que os ideais comunistas chegassem ao campo. “Já perdemos os trabalhadores das cidades, não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural” (CNBB, 2010).

Numa segunda fase, de 1970 até os dias atuais, os bispos se voltam prioritariamente para os homens e mulheres do campo, com a proposição de que essas pessoas se tornem protagonistas de suas histórias. Além disso, o episcopado nacional passa a denunciar com veemência as violações dos direitos do povo camponês (CNBB, 2010).

Ana Maria Doimo (1995), em *A vez e a voz do popular*, aponta uma mudança na visão eclesial sobre o modo como se dá o desenvolvimento, a partir da década de 1960. A autora cita a Encíclica *Mater et Magistra*, o Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín – 1968 – e Puebla – 1969 – como referenciais dessa alteração nas diretrizes eclesiais. Doimo afirma que a Igreja latino-americana deixa de lado a visão de desenvolvimento assentada na ação do Estado, passando a pensá-lo voltado para a participação do povo, sujeito de conquistas.

A Teologia da Libertação, que fundamentou em grande parte essa mudança de rumos na América Latina, pregava uma Igreja ao lado das camadas populares, que, junto com elas e a partir delas, colaboraria na construção de um novo paradigma de



desenvolvimento para os países latino-americanos. Nesse sentido, foi gerada uma cultura que incentivava a presença de bispos, padres, freiras e agentes de pastoral no meio do povo. Estas pessoas, inconformadas com as injustiças e contaminadas com o fervor de serem um novo tipo de Igreja, sob a influência da Teologia da Libertação, dedicam-se a mobilizar as camadas populares, acompanhando e apoiando greves e ocupações, motivando e fortalecendo processos organizativos a favor da conquista de direitos (ALBUQUERQUE, 1998).

Ao propor, no contexto atual, uma revisão e amadurecimento em suas ações, em sua mais recente manifestação pública, a Igreja denuncia a atual dependência do meio rural brasileiro aos ditames do mercado internacional, por meio das políticas de Estado que promovem, em grande medida, a exportação em massa de bens primários, o plantio de grandes extensões de monoculturas e utilização de insumos e tecnologias voltados quase exclusivamente para o aumento cada vez maior da produção.

Em *A Igreja e a questão agrária no início do século XXI*, a CNBB denuncia a excludente estrutura fundiária brasileira, marcada historicamente pela concentração de terras – muitas vezes obtidas ilegalmente – na mão de grandes proprietários; questiona os limites da propriedade privada; e chama a atenção para a necessidade da criação de novas relações com o meio ambiente, temática que não havia sido abordada em nenhum dos dois documentos aqui citados.

Em convergência com muitas discussões que vêm sendo realizadas sobre a temática rural, especialmente as que se referem a novas formas de enxergar o processo do desenvolvimento, a recente publicação da CNBB aponta a necessidade de fortalecimento de um novo paradigma de desenvolvimento, marcado por uma economia sob o controle social, cujos valores fundamentais passam pela cooperação, pela partilha, pela reciprocidade e pela solidariedade.

É necessário empenhar-se na construção comum de outro paradigma de produção e consumo, radicado na lógica da cooperação, da integração, da interconexão com outros e com o cosmos. É urgente assumir um estilo de vida voluntariamente simples, capaz de libertar do excesso de posses materiais e de harmonizar as sociedades atuais com as gerações futuras e com o meio ambiente. (CNBB, 2010, p.87-88).

Neste sentido, é importante compreender em que medida as novas preocupações demonstradas pelo episcopado nacional em relação ao mundo rural estão em sintonia com as atuais discussões sobre o processo de desenvolvimento no campo, bem como as alternativas apontadas pelos que se contrapõem à lógica meramente mercadológica no campo.



Críticas à Revolução Verde

Para Moreira (2000), como parte das ações dos grupos ambientalistas e ecológicos nas décadas de 60 e 70, a crítica ao modelo industrial de desenvolvimento começa a ganhar força, resultando na busca por novas alternativas ligadas à sustentabilidade. Neste sentido, foram instaladas maciçamente no mundo rural brasileiro as diretrizes da chamada Revolução Verde, que preconizada, entre outras ações, a priorização no subsídio de créditos agrícolas como forma de estimular a grande produção agrícola, as empresas de insumos industriais e maquinários para uso agrícola – , fertilizantes químicos, herbicidas, tratores, por exemplo –, a agricultura e produção de processados para a exportação e a diferenciação de consumo – como de iogurtes e queijos (MOREIRA, 2000).

Segundo Moreira (2000), as críticas realizadas em relação à chamada Revolução Verde se concentraram principalmente em três aspectos. O primeiro se refere ao relacionamento que o ser humano deve ter com o meio ambiente. Neste sentido, o autor ressalta ser necessário uma reconceitualização de natureza de forma a encarar os recursos naturais e o meio ambiente, o trabalho produtivo e o próprio ser humano em outras perspectivas. Além disso, foi necessário uma atualização das teorias de renda da terra para a compreensão das questões da biodiversidade no campo. (MOREIRA, 2000).

Esse questionamento leva em conta a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios, e advoga um novo requisito à noção de desenvolvimento herdada: o de prudência ambiental. Desta crítica emergem tanto os movimentos de agricultura alternativa, como aqueles centrados nas noções de agricultura orgânica e agroecológica, e sugerem as discussões dos impactos da engenharia genética e da utilização de matrizes transgênicas em práticas agropecuárias e alimentares. (MOREIRA, 2000. p. 44).

O segundo aspecto a ser criticado é expresso na questão social levantada pela Revolução Verde, visível nas denúncias de empobrecimento, favelização dos trabalhadores rurais, esvaziamento do campo, êxodo urbano, sobreexploração da força de trabalho do campo, contando também com o trabalho infantil, feminino e dos idosos. Nesta visão, a crítica social não é uma visão apenas técnica, como a destacada acima. Mas é uma crítica da natureza excludente do capitalismo na “formação social brasileira e da tradição das políticas públicas e governamentais que nortearam nossas elites dominantes” (MOREIRA, 2000, p. 45), seja no plano econômico ou no político, de definição de prioridades. O modelo concentrador e excludente da modernização



tecnológica da agricultura brasileira é fortemente criticado, visto ser socialmente injusto.

Moreira (2000) e outros autores apontam diversos aspectos negativos do ponto de vista social, como a concentração de propriedades de terra e a distribuição da propriedade de recursos de origem industrial, que conformaram ao Brasil uma função social capitalista bastante excludente.

Exclusão de massas significativas da população, não só do padrão de consumo e da qualidade de vida que se torna viável para estas elites e para as populações dos países avançados, mas também de condições mínimas adequadas de acesso à terra, ao trabalho, ao emprego, ao teto, à educação, à alimentação e à saúde. (MOREIRA, 2000, p. 45).

Esses problemas, bastante presentes na sociedade brasileira ao longo da história, foram intensificados pela Revolução Verde nos anos 60 e 70, mas também pela crise dos anos 80 e políticas e práticas do neoliberalismo e da abertura de mercado, já nos anos 90 (MOREIRA, 2000).

O terceiro último componente da crítica dos movimentos ambientalistas e ecológicos à Revolução Verde é de caráter econômico, pois as crises do petróleo da década de 70 se desdobram num processo de elevação de custos que, entre outras áreas, irão afetar diretamente os preços dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Neste sentido, foi registrada uma redução significativa dos subsídios de crédito motivada pela crise financeira de então (MOREIRA, 2000). As crises do petróleo impuseram, dentro e fora do país, um debate sobre a necessidade de criação e desenvolvimento de novas matrizes energéticas, que servissem como alternativa ao óleo negro.

O programa pró-álcool, no Brasil, que promulgava a reversão dos motores do da gasolina para o álcool, é um exemplo disso. Segundo Moreira (2000), estudos apontam que o modelo econômico que fundamentava a Revolução Verde implicava, na conjuntura posterior às crises do petróleo, em custos crescentes de produção, por conta da relativa escassez de recursos naturais daquela matriz energética. Além disso, os custos produtivos aumentaram pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, pela deterioração dos recursos dos solos, água, condições climáticas das produções agrícolas, tais como ondas frias, enchentes, secas, inundações, entre outras.

As críticas e questionamentos à Revolução Verde, diz Moreira (2000), na perspectiva ambiental e voltada à sustentabilidade, irá gerar novos modelos produtivos, com perspectivas bioecológicas e de diversidade produtiva, tais como a agroecologia, a produção orgânica, produção natural, entre outros. Neste aspecto, boa parte dos



analistas acredita, afirma Moreira (2000), que os modelos produtivos alternativos assegurariam vantagens comparativas às formas de agricultura familiar, em relação às empresariais mercadológicas. Estas últimas, exigentes e dependentes do pacote tecnológico supracitado. A agricultura familiar, por sua vez, com a especificidade do trabalho familiar, assumiria vantagens sob vários aspectos.

A especificidade do trabalho familiar, o conhecimento das condições biossistêmicas locais próprias desses agricultores e a escassez de recursos financeiros que possuem, ou têm acesso, são considerados como elementos positivos à aplicação de novas práticas produtivas – todas elas vinculadas a um saber camponês que foi renegado como atrasado no período da Revolução Verde. A revalorização destas práticas teria, assim, as características de rompimento com a monocultura, a redução de custos monetários e a ampliação de emprego no campo. (MOREIRA, 2000, p. 47).

Para muitos analistas, aponta Moreira (2000), a agricultura familiar é a eleita como o cerne do desenvolvimento sustentável no espaço rural brasileiro. Para tanto, são apontadas nesta visão, de formar hegemônica, o argumento de que a redução de custos daria uma maior competitividade às formas familiares de produtividade, levando a um consequente maior progresso social e econômico. Entretanto, acrescenta o autor, esse posicionamento é questionado na medida em que é necessário levar em consideração o espaço ocupado pela agricultura familiar na ordem capitalista contemporânea. Para o autor, a agricultura familiar ainda é vinculada ao pequeno patrimônio produtivo, ligado às noções de pequenos capitais, numa órbita competitiva de oligopólios de mercados imperfeitos, controlados por grandes empresas. Isto a torna a agricultura familiar com menos capacidade competitiva, num contexto capitalista de mercado.

Historicamente, inclusive nos países desenvolvidos, a agricultura familiar, dada à sua posição de pequeno patrimônio produtivo em uma ordem econômica oligopolizada, tende a operar com renda da terra e lucro zero, ou próximos de zero, portanto, sem possibilidade de investimento ou acumulação. Esta vivência na competição pode ser visualizada pela constatação de que a renda líquida destes setores produtivos se aproxima – ou em certos casos é até menor – ao rendimento dos salários mais baixos da sociedade na qual estão inseridos. (MOREIRA, 2000, p. 48).

O autor ressalta ainda que as políticas e visões dominantes da agricultura familiar no Brasil historicamente foram conformadas a ideologias de subsistência, baseada numa ideologia nas relações sociais da morada, em favor do Nordeste açucareiro. Dessa origem, os agricultores familiares são vistos pela ideologia dominante como incapazes em relação ao progresso social e econômico. Neste sentido, considera Moreira (2000), no setor de formulação de políticas públicas, a agricultura familiar é colocada num plano no qual as políticas agrícolas deveriam evitar que sucumbisse, de



modo a conservar a precária condição produtiva e as condições de subsistência da família. Deste modo, essas políticas não permitiram progresso econômico e social significativo entre agricultores e agricultoras familiares, visto que os benefícios das políticas agrícolas sempre foram voltados às próprias elites rurais, como o caso do crédito agrícola subsidiado altamente da Revolução Verde, no Brasil.

Neste sentido, faz-se necessário repensar as estratégias de Extensão Rural voltadas às novas formas de pensar o desenvolvimento no campo, de modo a levar em conta aspectos ligados a cidadania e efetivação dos direitos dos homens e mulheres do campo, especialmente aos agricultores de base familiar.

Desenvolvimento local sustentável

Nova estrutura conceitual holística afastada dos modelos economicistas. É o que propõe Carlos Julio Jara (1998), ao tratar de desenvolvimento local sustentável como sistema capaz de resgatar a centralidade da dimensão social e de revisar a matriz antagônica implícita no modelo de crescimento linear prevalecente, hoje governado pelo valor da competitividade. Para o autor, há de se ter cuidado com o fortalecimento de uma corrente de pensamento que promove o reducionismo conceitual, a partir do princípio da conciliação entre o crescimento econômico e a gestão nacional dos recursos naturais.

Na mesma linha, Paulo de Jesus conceitua o desenvolvimento local como "um esforço localizado e de parcerias, isto é, dele participam lideranças, instituições, empresas e habitantes de determinado lugar, que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de vida aos cidadãos e cidadãs" (DE JESUS, 2003. P.72).

Para Jara, "o conceito de desenvolvimento sustentável está se aburguesando" (JARA, 1998. p. 53). A fim de seguir o caminho da sustentabilidade pela via dos princípios da solidariedade e da preocupação com o futuro, o autor sugere a municipalização do desenvolvimento sustentável, com a organização, a mobilização, o fortalecimento e a articulação sociais. Tais estratégias indicam investimentos na comunicação dos diversos atores sociais do âmbito local, a partir da geração de novos sistemas de informação e de redes sociais. Conforme pondera o autor, municipalizar o desenvolvimento traduz a nova estratégia de desenvolvimento local, que deve promover novas formas de organização e integração social que contemplem a diversidade de sujeitos e facilitem a concentração de interesses (JARA, 1998).



Para trilhar esse novo caminho, seria preciso construir instâncias de participação social por meio do aumento da capacidade de gestão e negociação da população, a melhoria da qualidade do associativismo e da participação e do *empoderamento* das organizações. “É urgente construir um novo paradigma de desenvolvimento global/local ou, por que não dizer, de desenvolvimento global sustentável. O desenvolvimento local sustentável é a contrapartida da globalização sustentável” (JARA, 1998. p. 70), analisa o autor.

Dentro dessa noção *endoexógena*, Jara observa um desenvolvimento local aplicado num âmbito espacial delimitado – o território municipal, a micro-região, o assentamento – baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais. Tudo dentro de uma abordagem integral e integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas. Segundo o autor, o desenvolvimento local depende muito da interação e, portanto, o associativismo e o cooperativismo precisariam compreender os cenários, onde é urgente preparar-se para o desenvolvimento empresarial voltado a um mercado competitivo. “Mas é o município que cria as condições de competitividade”, ressalta (JARA, 1998, p. 74).

Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento local

No artigo *As estratégias de comunicação nas políticas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil* (LIMA E ROUX, 2008), os pesquisadores Irenilda de Souza Lima e Bernard Roux, os autores traçam o perfil da relação comunicação-extensão rural-agricultura familiar desde as primeiras conjunturas sociopolíticas e econômicas que estreitaram essa tríade no País. Analisam-se as estratégias de comunicação contidas nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nacionais.

Lima e Roux (2008) permeiam as diferentes facetas da comunicação, vista dentro de análise multidisciplinar, a partir de ideias muitas vezes de aparência antagônica, mas não naturezas excludentes, como a mescla dos conceitos de aldeia global do tecnológico Marshal McLuhan com o agir comunicativo do filósofo Jürgen Habermas. Para os autores, há explícita relação da comunicação com os estudos sobre desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento local.

Numa perspectiva histórica, os autores revivem os primórdios da extensão rural brasileira, baseada no difusionismo, forma de comunicação persuasiva ilustrada pela Revolução Verde, quando, após a segunda guerra mundial e a ampliação dos mercados



norte-americanos e soviéticos, adotou-se, no Brasil, um modelo difusor para convencer os agricultores e pequenas a grandes estruturas a adotarem insumos agrícolas, sementes híbridas e outros aparatos pouco utilizados na época. Os primeiros extensionistas rurais oficiais no País fizeram uso desse modelo, que mostrou resultados para os grandes produtores, uma vez que os pequenos não se favoreciam nem da mensagem "inovadora" nem dos próprios métodos agrícolas (LIMA; ROUX, 2008).

Passada toda a crise do período militar - com a valorização do capital estrangeiro, em detrimento da produção local - e o enfraquecimento dos movimentos sociais ligados ao campo, a agricultura familiar foi "duramente castigada" com o governo Collor, em 1990, década que foi um divisor de águas no que se refere à extensão rural brasileira. No campo da comunicação, analisam os autores do artigo, após o modelo difusionista, começou-se, na década de 1980, a ensaiar uma transição para a atual abordagem dialógica. Juan Bordenave, por exemplo, reforçava o conceito de Comunicação Rural, aceitando as peculiaridades do mundo do homem do campo, a partir da percepção de um conjunto de fluxos de informações, de diálogos e de influências recíprocas existentes entre o setor rural e outras instâncias afetadas pelo funcionamento da agricultura ou interessados no desenvolvimento rural. (BORDENAVE, 1981, APUD LIMA; ROUX, 2008).

Irenilda e Bernard lembram que a crítica ao modelo difusionista, no Brasil, veio com Luiz Ramiro Beltrán, que foi sucedido por figuras de importantes contribuições para o momento, como Paulo Freire, que, em seu livro *Extensão ou comunicação?*, critica a forma de comunicação persuasiva, travestida de educação, utilizada para "conscientizar" os agricultores do que se entendia por desenvolvimento. Freire bateu na chamada teoria do balde vazio, que aceitava o receptor da mensagem como uma cabeça vazia a espera de conteúdo despejado pelo emissor. Para o educador, deve-se considerar a contribuição mútua dos sujeitos cognoscentes e sua percepção anterior e posterior à mensagem.

Sobre o atual cenário da agricultura familiar brasileira, Lima e Roux (2008) ressaltam que, mesmo com a explícita precariedade e a batalha constante por uma política agrícola efetivamente adequada, a atividade em questão tem crescido no Brasil, conforme apresentou o censo de 2006 do IBGE. Comenta-se que, com o maior apoio à agricultura familiar após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, e principalmente com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) nacional, a comunicação passou a se mostrar a partir do diálogo e da participação dos diversos atores envolvidos no meio.



Com a pressão dos movimentos e da sociedade civil organizada, a nova proposta de Ater para o Brasil, de acordo com os autores, melhor se afinizam com o que Paulo Freire sugeriu "ao defender os esforços de educação popular, através da problematização do homem no mundo ou das suas relações com o mundo e com os homens" (LIMA; ROUX, 2008). Nesse contexto de promover uma alternativa ao antigo modelo, os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável ganham força nas discussões e ações de extensão rural no País.

Irenilda e Bernard (2008) lembram ainda que o desenvolvimento sustentável compreende um processo de mudança social e elevação do nível de oportunidades, levando-se em conta tanto o crescimento econômico quanto a conservação ambiental e a qualidade de vida.

É relevante nesse processo, apontam Lima e Roux (2008), a significativa evolução das estratégias de comunicação para o desenvolvimento, que hoje se ancoram em universo virtual, porém não menos digno. Exemplo disso são as ferramentas de comunicação digitais que aproximam os sujeitos envolvidos nos processos, a exemplo de sites, redes sociais e instrumentos de mídias educativas que se estruturam adequadamente ao que interessa aos agricultores familiares e outros protagonistas.

Ao mesmo tempo, meios utilizados desde os primórdios, como rádios, boletins e dias de campo, caminham no mesmo sentido de se promover a comunicação em sua real essência de instrumento de fortalecimento de cidadãos para o Bem Comum. Na mesma essência, caminha a comunicação para um dos principais elementos de efetivação do desenvolvimento local sustentável (LIMA; ROUX; 2008).

Considerações finais

Ao se propor a repensar sua presença e participação no cenário rural brasileiro, com a recente publicação de *A Igreja e a questão agrária no século XXI*, os bispos do Brasil parecem estar em sintonia com boa parte dos teóricos e atores sociais que estão na luta pelo estabelecimento de novos paradigmas de desenvolvimento no campo. Neste sentido, a CNBB manifesta a necessidade novos métodos e estratégias para o desenvolvimento do mundo rural brasileiro, a partir de práticas mais democráticas, dialógicas e que valorize a diversidade cultural e econômica do mundo rural.

No campo econômico, propõe uma economia baseada na solidariedade, em processos que fortaleçam as associações e iniciativas de cooperação entre os agricultores de base familiar, como é o caso das cooperativas, associações, e atividades



ligadas à agroecologia.; mas que também encarem como prioridade as questões ligadas ao meio ambiente, citando experiências ligadas à agroecologia e ao desenvolvimento sustentável. (CNBB, 2010).

Os bispos apontam ainda no sentido de se rediscutir o papel do estado e do mercado nesse processo, enfatizando que, no atual momento, tanto o estado quanto o mercado necessitam ser repensados de modo que a lógica do lucro pelo lucro por outra, mais justa, igualitária e solidária. O estado, nesse processo, dizem os bispos, deve estar aberto à ampla participação popular em todas as esferas (CNBB, 2010).

Embora não apontem um nome específico a esse novo paradigma de desenvolvimento, preferindo citar genericamente de “paradigmas alternativos”, os bispos brasileiros demonstram no documento *A Igreja e a questão agrária no início do século XXI* grandes ligações com o conceito de desenvolvimento local sustentável, na medida em que propõem a criação e fortalecimento de novas formas de desenvolvimento atreladas à formas de convívio que garantam a sustentabilidade ambiental, uma lógica não meramente mercadológica e a valorização de sociabilidades ligadas ao contexto dos agricultores e agricultoras familiares.

Entre outros aspectos, a publicação da CNBB enfatiza a necessidade de acompanhamento por parte de organizações governamentais, não-governamentais e grupos da própria Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra, no sentido de fortalecer movimentos populares e ações associativas dos agricultores e agricultoras familiares. Esse acompanhamento, baseado no diálogo e na busca pelo fortalecimento de relações solidárias e fraternas, é identificado como o processo de extensão rural que contraria a lógica difusionista.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação Social no Brasil Hoje. **Pólis Papers**, nº2, 1998. Disponível em: http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=169. Acesso em 20 de novembro de 2010.

BORDENAVE, J. E. Diaz e WERTHEIN, Jorge (Org.). Educação Rural no Terceiro mundo. Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1981.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A Igreja e a questão agrária no início do século XXI*. CNBB, 2010.



DE JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTAN Antonio David i (Org.) A outra economia. Porto Alegre, Veraz Editores. 2003.

DOIMO, Ana Maria. A Vez E a Voz Do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS , 1995.

JARA, Carlos Julio. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (Seplan), 1998.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais. In **Saúde e Sociedade**. V.13, n. 2, maio-agosto 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000200003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso: em 20 de janeiro de 2011.

LIMA, Irenilda de Souza; ROUX, Bernard. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, Gustavo. **Comunicación, tecnología y desarrollo**. Argentina: Editorial Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008, p. 91-102.

MOREIRA, José Roberto. Críticas ambientalistas à Revolução Verde, In: XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober. Rio de Janeiro, 2000. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 39-52.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.